



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO**  
**PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**VANESSA ANTÔNIA DE LIMA**

**O INCENTIVO À INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROGRAMA DE**  
**APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – JOVEM APRENDIZ**

**CORURIBE, AL**

**2025**

**VANESSA LIMA**

**O INCENTIVO À INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – JOVEM APRENDIZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas Ifal, polo Coruripe, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Willianice Soares Maira

**CORURIBE, AL**

**2025**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**VANESSA ANTÔNIA DE LIMA**  
**O INCENTIVO À INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROGRAMA DE**  
**APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – JOVEM APRENDIZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas, *pólo Coruripe*, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 25/03/2026.

## **BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** WILLIANICE SOARES MAIA  
Data: 13/03/2026 18:45:42-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profa. Dra. Willianice soares Maia - Orientadora

Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE CARLOS LIMA DOS SANTOS  
Data: 26/03/2026 17:57:32-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. José Carlos Lima dos Santos - Avaliador

Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FRANCISCA LUANA DA COSTA SANTOS  
Data: 26/03/2026 17:29:06-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Me. Francisca Luana da Costa Santos

Instituto Federal do Acre

## FICHA CATALOGRÁFICA



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Coruripe*  
**Biblioteca Prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Alves Cavalcante Coutinho**

---

374.4

L732i Lima, Vanessa.

O incentivo à inclusão de pessoas com deficiência no programa de aprendizagem profissional – jovem aprendiz / Vanessa Lima. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 KB). – 2026.  
25f.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Willianice Soares Maia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas, UAB : Polo Coruripe, Coruripe, 2026.

1. Ensino – aprendizagem 2. Educação Profissional – Jovem Aprendiz. 3. Acessibilidade. 4. Inclusão educacional – Mercado de trabalho. I. Título.

---

**Roselane Félix de Oliveira | Bibliotecária CRB – 4/1729**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda essa caminhada, sendo meu amparo nos momentos de dificuldade e minha inspiração para não desistir.

Aos meus pais, expresso minha profunda gratidão pelo apoio incondicional, pelo amor, incentivo e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores.

À minha querida amiga Esther Louise, deixo um agradecimento especial, pois, através de sua vivência com a neuromielite óptica, despertou em mim uma maior sensibilidade e compreensão em relação às pessoas com deficiência, contribuindo significativamente para a construção deste trabalho e para minha formação humana e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo debater sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no programa de aprendizagem profissional, especialmente no âmbito do Jovem Aprendiz. Constituindo uma temática relevante nas políticas públicas e na educação profissional, por seu potencial de promover a equidade, a inclusão social e a emancipação humana, as PCDs foram excluídas dos processos educacionais e do mercado de trabalho, durante anos, o que reforçou desigualdades sociais e limitou o desenvolvimento de suas potencialidades. A aprendizagem profissional configura-se como um instrumento estratégico ao articular formação teórica e prática, possibilitando o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e cidadãs. Sob uma perspectiva inclusiva, a deficiência é compreendida como resultado da interação entre o indivíduo e as barreiras sociais, pedagógicas e atitudinais, e não como uma limitação exclusivamente individual. Dessa forma, a aprendizagem profissional contribui para a autonomia, a construção da identidade profissional e a inserção produtiva das pessoas com deficiência. Palavras-chave: Inclusão, Pessoas com deficiência (PCDs), Aprendizagem profissional, Educação inclusiva e Equidade social

## ABSTRACT

This work aims to discuss the inclusion of people with disabilities (PWDs) in professional apprenticeship programs, especially within the context of the Young Apprentice program. As a relevant theme in public policies and vocational education, due to its potential to promote equity, social inclusion, and human emancipation, PWDs have been excluded from educational processes and the labor market for years, reinforcing social inequalities and limiting the development of their potential. Professional apprenticeship is a strategic instrument that articulates theoretical and practical training, enabling the development of technical, social, and civic skills. From an inclusive perspective, disability is understood as a result of the interaction between the individual and social, pedagogical, and attitudinal barriers, and not as an exclusively individual limitation. In this way, professional apprenticeship contributes to the autonomy, construction of professional identity, and productive inclusion of people with disabilities.

Keywords: Inclusion, People with disabilities (PWDs), Vocational training, Inclusive education and Social equity

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Vanessa Antônia de Lima, nascida e criada em Coruripe-AL. Minha infância, como a de muitas pessoas que vivem no interior, foi recheada de brincadeiras de rua com vizinhos, primos e amigos.

Em relação à vida escolar, estudei sempre em escolas públicas, tanto do município quanto do estado. Sempre fui uma aluna prestativa e curiosa — e, como toda boa criança muito conversadeira, nas reuniões de pais e mestres minha mãe sempre ouvia a célebre frase: “uma ótima aluna, mas conversa muito”.

Durante os anos do ensino fundamental, da 1ª à 8ª série, participei de diversos eventos escolares, como desfiles cívicos, feiras de ciências e gincanas. Já no ensino médio, alimentava o sonho de cursar uma graduação. Ainda não tinha certeza de qual carreira seguir, mas sempre mantive os estudos como prioridade, determinada a passar no vestibular, já que minha família não tinha condições de pagar uma faculdade particular na época.

Com muita dedicação e esforço, consegui ser aprovada no curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Alagoas. O curso era no período noturno, o que foi essencial, pois ao completar 18 anos precisei começar a trabalhar. Por conta disso, não pude participar de projetos de extensão, que geralmente ocorriam nos turnos da manhã e da tarde. Ainda assim, me dediquei ao máximo às aulas e a tudo o que me era transmitido pelos professores. Acredito que daí surgiu meu desejo de ensinar, principalmente para aqueles que, como eu, não tiveram tantas oportunidades, mas que, por meio do estudo e da dedicação, podem transformar suas realidades.

No período de estágio, consegui uma vaga no Banco do Brasil em Coruripe, onde trabalhei por um ano. Essa experiência me proporcionou grande aprendizado, tanto profissional quanto pessoal, e me motivou a nunca parar de estudar.

Após concluir a graduação e o estágio, comecei a trabalhar na empresa da minha família. No entanto, seguia desejando algo mais. Por isso, iniciei uma pós-graduação em Gestão de Pessoas e um curso de idiomas, ambos concluídos. Algum tempo depois, pedi demissão da empresa da família para me dedicar aos estudos para concursos públicos. No entanto, por necessidades da vida, precisei voltar ao mercado de trabalho. Trabalhei como secretária escolar em uma escola técnica de enfermagem por um período.

Logo depois, surgiu uma oportunidade de lecionar na minha área de formação. Fui convidada a dar aulas no Senai, de forma autônoma e por um curto período. No entanto, os cursos foram tão bem-sucedidos que novas turmas foram abertas, e permaneci lá por dois anos. Após o encerramento do contrato, surgiu uma nova oportunidade: atuar no Senac, ministrando cursos na área de Gestão e, posteriormente, no programa Jovem Aprendiz — local e área onde estou até hoje. Lecionar foi um sonho sonhado ainda na época da faculdade e que, agora, cerca de dez anos após a minha formatura, tornou-se realidade.

A motivação para a pesquisa é:

Sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional e no mercado de trabalho, pontuamos algumas investigações relevantes: na área da Educação Especial, há pesquisas como as de Rodrigues e Passerino (2018) e Silva et al. (2020); na área da Administração e Gestão, Mourão, Ferreira e Mello (2021); na área do Direito, Sutil e Francischetto (2024); e, em estudos voltados à Psicologia e Sociologia, Schardong e Diehl (2018).

Rodrigues e Passerino (2018) realizam estudos sobre a formação profissional de pessoas com deficiência, analisando como essa formação repercute na prática docente e na necessidade de adaptação pedagógica. A partir desse estudo, os pesquisadores concluem que práticas inclusivas e a formação contínua dos professores são condições fundamentais para garantir o acesso e a permanência desses alunos na educação profissional.

Silva et al. (2020) pesquisam a inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional por meio de um mapeamento sistemático. Os resultados dessa pesquisa permitem refletir no sentido de que, embora haja avanços legais e pedagógicos, persistem barreiras estruturais e metodológicas que dificultam a efetiva inclusão dos estudantes com deficiência, especialmente no ensino técnico e na formação para o trabalho.

Mourão, Ferreira e Mello (2021), em sua pesquisa, fazem uma análise sobre a gestão da diversidade nas organizações e sua relação com a inclusão de pessoas com deficiência. Tendo como base teórica os estudos de gestão e comportamento organizacional, os autores refletem sobre os impactos da diversidade nos resultados institucionais. Nesse trabalho, foi constatado que ainda há resistência cultural e falta de preparo das empresas para receber esses trabalhadores, o que limita os efeitos positivos da inclusão.

Com intenções semelhantes, Schardong e Diehl (2018) fazem investigações no âmbito da Educação Profissional sobre a influência da aprendizagem profissional na inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Após esse estudo, foi constatado que a aprendizagem profissional pode ser um importante mecanismo de inserção, desde que acompanhada por políticas de apoio, sensibilização das equipes e adaptações pedagógicas.

Sutil e Francischetto (2024), ao estudar aspectos legais e sociais da inclusão, levantam os desafios do cumprimento da legislação de cotas e analisam como o programa de aprendizagem pode se tornar um espaço privilegiado para a entrada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Nessa pesquisa, constata-se que o cumprimento da lei, por si só, não garante a inclusão plena; é necessário criar ambientes inclusivos e acessíveis para que a experiência seja realmente transformadora.

Como vimos até agora, as pesquisas já realizadas se debruçam sobre a formação docente e práticas pedagógicas inclusivas (RODRIGUES; PASSERINO, 2018), os desafios estruturais e legais da inclusão (SUTIL; FRANCISCHETTO, 2024), ou procuram investigar os impactos da diversidade no ambiente organizacional (MOURÃO; FERREIRA; MELLO, 2021; SCHARDONG;

DIEHL, 2018). Todavia, estudos específicos sobre a preparação dos professores da Educação Profissional, especialmente no Senac Agreste, para qualificar jovens com deficiência dentro do programa Jovem Aprendiz, ainda não foram contemplados, abrindo espaço para a investigação aqui proposta.

### Problemas e Objetivo

Nesse contexto, emerge o seguinte problema: os professores do Senac Agreste estão preparados para qualificar jovens com deficiência para o mercado de trabalho?

Para responder a essa questão, temos como objetivo geral: analisar a relevância socioeconômica da parceria entre instituições de ensino profissionalizante, como o Senac, e empresas do ramo comercial em Arapiraca, no processo de inclusão de jovens com deficiência na aprendizagem profissional, identificando causas, desafios e oportunidades que fortaleçam tanto o desenvolvimento social quanto a empregabilidade.

Com a finalidade de atender a esse objetivo, são delineados quatro objetivos específicos:

- a) discutir, com base na literatura, as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência para o acesso e a permanência no programa Jovem Aprendiz;
- b) refletir, a partir de referenciais teóricos, se os professores do Senac possuem preparo pedagógico e prático para qualificar jovens com deficiência de forma efetiva;
- c) analisar, sob a perspectiva teórica, as estratégias de adaptação pedagógica e tecnológica que podem favorecer a permanência e o êxito desses aprendizes;
- d) propor, com base nos estudos analisados, ações e boas práticas a serem implementadas entre o Senac e as empresas do ramo comercial em Arapiraca, visando uma educação profissional inclusiva e alinhada ao mercado de trabalho.

### Apresentação do TCC

Dessa forma, este texto é desenvolvido em quatro capítulos. O presente texto corresponde ao Capítulo 1, no qual se delineiam o tema, a justificativa, os objetivos e, de forma sucinta, os aspectos teóricos e metodológicos que norteiam a pesquisa. Esse primeiro momento tem a função de situar o leitor quanto ao propósito da investigação, apresentando a relevância da inclusão de pessoas com deficiência no programa Jovem Aprendiz e o papel da Educação Profissional e Tecnológica nesse processo.

No Capítulo 2, é exposto o referencial teórico que sustenta a pesquisa, organizado em três seções. A primeira seção descreve o contexto histórico e legal da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, com destaque para a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000). A segunda seção aborda as políticas e práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, discutindo a importância da formação docente, das metodologias pedagógicas e das tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, a terceira seção trata das relações entre mercado de

trabalho, diversidade e inclusão, destacando os desafios e as possibilidades de integração das pessoas com deficiência no contexto do programa Jovem Aprendiz, especialmente na realidade local de Arapiraca-AL.

O Capítulo 3 é desenvolvido em três seções e descreve os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, detalhando o tipo de investigação, a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, o universo e a amostra do estudo, além da forma de análise dos resultados. Este capítulo busca garantir transparência e rigor científico ao percurso investigativo, assegurando que os objetivos propostos possam ser alcançados.

Já o Capítulo 4 apresenta e discute os resultados obtidos, organizados a partir da análise dos dados coletados. São descritas as barreiras identificadas para a inclusão de jovens com deficiência no programa Jovem Aprendiz, o preparo dos docentes e das instituições, bem como as práticas e estratégias que podem contribuir para uma formação mais inclusiva. Além disso, são propostas recomendações que visam fortalecer a atuação conjunta entre instituições de ensino e empresas, em prol de um ambiente educacional e profissional mais justo e acessível.

Em suma, a partir dos dados contextualizados, apresentados e analisados, espera-se que o presente trabalho contribua para ampliar as reflexões e as práticas sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, oferecendo subsídios para docentes, instituições e empresas construïrem juntos um caminho mais efetivo de qualificação, empregabilidade e participação social desses sujeitos.

Nas últimas décadas, compreender de que forma ocorre o incentivo à inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no programa de aprendizagem profissional tornou-se essencial, é de extrema importância e tem se tornado um ponto interessante no meio da educação e da própria sociedade, principalmente diante das desigualdades à formação profissional e acesso ao trabalho. A sociedade sempre foi marcada pela marginalização de vários grupos e pela exclusão deles, é necessário que haja a promoção de políticas públicas e de práticas inclusivas para que seja construído um mercado de trabalho voltado para a justiça, para equidade e a democracia. A aprendizagem profissional busca assumir um papel bastante estratégico, quando se articula com o trabalho e educação, com objetivo de oferecer oportunidades de inserção produtiva e qualificação para jovens e pessoas com deficiência.

Lima (2006) destaca que, a inclusão está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento, ou seja, quando se faz parte de um grupo ou pensando até mesmo na coletividade, vale ressaltar que mesmo os indivíduos tenham as suas características, as necessidades diferentes, como é a histórica de cada um, - todos estarão compartilhando a mesma condição humana e os mesmos direitos -. Esse modo de pensar permite romper com aquela visão segregadora e assistencialista da deficiência, reconhecendo a diversidade como uma questão importante na sociedade. A inclusão de PCDs na aprendizagem profissional precisa ser vista como um compromisso ético e social, valorizando o respeito, a dignidade e às diferenças.

Voltando para a perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica, a aprendizagem

profissional é uma necessária ferramenta de emancipação, participação social e de qualificação, contribuindo para a formação integral do sujeito e para a sua atuação consciente e crítica, com intuito de obter uma sociedade mais justa. Ao pensar nas pessoas com deficiência, significa a representação da possibilidade de elas desenvolverem autonomia, identidade, autoestima, tudo isso irá auxiliar na superação de barreiras sociais e na construção da sua trajetória de vida, buscando dignidade.

A inclusão de pessoas com deficiência (PCDs), no âmbito das políticas públicas, especialmente no que se refere à aprendizagem profissional, fundamenta-se em legislações específicas que asseguram o direito à educação e ao trabalho em condições de igualdade, promovendo a equidade de oportunidades e a participação social.. Há três leis que mencionam sobre determinadas situações. A Lei da Aprendizagem, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei de Cotas constituem marcos legais que orientam ações voltadas à promoção da inclusão no mundo do trabalho. Porém, a existência de dispositivos legais, não garante a efetivação de fato da inclusão. É preciso que as empresas, as instituições formadoras, e o próprio poder público atuem uma maneira articulada, transformando direitos em práticas que são seguras e concretas.

No município de Arapiraca-AL, observa-se que as iniciativas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência na aprendizagem profissional exercem impacto significativo, principalmente no desenvolvimento social e econômico da região. Quando adotam práticas inclusivas, ampliam a força de trabalho qualificada e reduzem as desigualdades sociais, como também fortalecem a economia local. A aprendizagem profissional exigirá uma postura mais estratégica, promovendo e integrando pessoas que eram excluídas e estimulando uma cultura que se volte para o que é organizacional e responsável socialmente.

Vários desafios persistem quando se refere à inclusão efetiva das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Conforme apontam Sutil e Francischetto (2024), não são identificados grandes esforços por parte das organizações para tornar o ambiente laboral verdadeiramente inclusivo ou para atender às necessidades individuais e coletivas das pessoas com deficiência. É uma realidade que evidencia a existência de barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais, essas barreiras dificultam a plena participação desse público no mundo do trabalho, e somente reforça a necessidade de ações que objetivem a inclusão consistente e comprometida.

O programa de aprendizagem profissional ganha destaque por ter uma estratégia de enfrentamento em relação a essas barreiras. Possibilita uma combinação entre a experiência prática e formação teórica. O Jovem Aprendiz contribui para a sensibilização das empresas e da sociedade em relação à inclusão, favorecendo a convivência com a diversidade, promovendo a quebra de preconceitos e estigmas, e construindo relações profissionais, com humanidade e respeito.

A aprendizagem profissional tem um papel fundamental para preparar pessoas com deficiência e inseri-las no mercado de trabalho, com suporte, acompanhamento e condições para que eles desenvolvam as suas potencialidades. Ao incentivar autonomia, o programa contribui para a emancipação da sociedade e se alinha a princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

É de extrema importância entender que o programa de aprendizagem profissional compreende os desafios, os avanços e as possibilidades de transformação social no contexto atual. Este estudo tem como objetivo evidenciar a importância do Jovem Aprendiz como instrumento de promoção da igualdade e de oportunidades, destacando não apenas a necessidade de fortalecer práticas inclusivas, e sim, garantir acesso e a permanência dessas pessoas com deficiência nos processos formativos e não esquecendo dos profissionais.

A questão problematizadora deste trabalho é analisar se os professores do Senac Agreste estão preparados para qualificar jovens com deficiência para o mercado de trabalho. Além disso, levantar hipóteses que indicam que a baixa qualificação dos colaboradores do setor comercial para lidar com pessoas com deficiência pode comprometer os processos de inclusão e prejudicar o relacionamento desses indivíduos no ambiente profissional. É considerado que a implementação de adaptações pedagógicas e tecnológicas adequadas irão contribuir de forma significativa para a formação, a permanência e o êxito dos aprendizes com deficiência no programa Jovem Aprendiz.

O objetivo geral é analisar a relevância socioeconômica da parceria entre instituições de ensino profissionalizante, como o Senac, e empresas do ramo comercial no município de Arapiraca, no que se refere à inclusão de jovens com deficiência na aprendizagem profissional. Buscando identificar os desafios, as principais causas e quais as oportunidades que existem diante desse processo, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento social e da empregabilidade desse público. O trabalho também discute compreender como essa articulação entre educação profissional e setor produtivo pode favorecer práticas mais inclusivas, ampliando o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Pretende-se investigar quais são as barreiras enfrentadas, considerando aspectos organizacionais, estruturais, pedagógicos e atitudinais, como já foi mencionado acima. Contudo, é necessário propor estratégias e boas práticas que possam ser adotadas de forma integrada entre o Senac e as empresas do ramo comercial em Arapiraca.

O estudo será desenvolvido a partir das diferentes abordagens, realizará uma investigação sobre os programas de aprendizagem profissional que ajudam a inclusão de jovens com deficiência, tanto no Senac - AL, como também em outras regionais do Brasil. Após essa análise, chegará em quais os tipos de formação e como podem ser ajustados. Terá uma análise de dados secundários, com artigos científicos e outros estudos que abordam a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na educação profissional, identificando as experiências, desafios e resultados por esses programas.

De acordo com essas hipóteses, serão apresentadas algumas possibilidades de análise. Caso se confirme que os professores do Senac Agreste estão preparados para qualificar jovens com deficiência, isso indicará que esses profissionais possuem as habilidades, o conhecimento e a formação necessários para atuar de maneira inclusiva. Contudo, se essa hipótese for rejeitada, evidenciará a necessidade de investimentos em capacitações específicas, formação continuada e ações de sensibilização voltadas aos educadores, a fim de fortalecer práticas pedagógicas inclusivas.

Em relação à qualificação dos colaboradores do ramo comercial, a confirmação da hipótese

indicará que a falta de preparo desses profissionais constitui um obstáculo à inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, sendo necessária a implementação de programas de capacitação com foco em inclusão, acessibilidade e sensibilização. Caso essa hipótese seja rejeitada, outros fatores poderão ser considerados como desafios centrais, tais como limitações na estrutura física das empresas ou a ausência de políticas internas de inclusão.

Para finalizar, em relação às adaptações pedagógicas e tecnológicas, se tudo der certo com a hipótese, ela indicará que essas adaptações são eficazes para garantir a formação e a permanência dos aprendizes com deficiência no programa Jovem Aprendiz, caso não, poderá indicar que essas adaptações não são suficientes e não atendem as necessidades dos aprendizes com deficiência.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Ao iniciar este curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pude compreender que a formação de um professor vai além da transmissão de conteúdo. Ela envolve reflexão constante, sensibilidade diante das diferentes realidades dos alunos e, sobretudo, a capacidade de articular teoria e prática de forma significativa. Nesse percurso, cada disciplina trouxe aprendizados que se comunicaram diretamente com minha atuação como docente no Senac, especialmente nos cursos da área de Gestão e Negócios e no programa Jovem Aprendiz.

A disciplina “*Trabalho de Conclusão de Curso I*” foi um marco importante. Reviver o processo de elaboração de um projeto acadêmico me ajudou a estruturar ideias e organizar melhor meu planejamento pedagógico. As ferramentas digitais apresentadas, como OneDrive e Smodin, mostraram-se extremamente úteis, tanto para a organização de trabalhos acadêmicos quanto para aplicação em sala de aula, especialmente em turmas que demandam atividades remotas. Além disso, a escolha do meu tema de plano de formação – voltado à inclusão de pessoas com deficiência no programa Jovem Aprendiz – nasceu justamente desse diálogo entre a teoria estudada e a realidade observada em minha prática docente, onde percebo ainda uma grande lacuna na participação desses jovens.

Já a disciplina “*A Docência na EPT: Contingências Históricas e Práticas Inspiradoras*” me levou a compreender a docência como um processo intencional, comprometido com a formação integral do estudante. Passei a olhar para minha prática em sala de aula não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos técnicos, mas como um ambiente de formação cidadã, de incentivo à autonomia e ao pensamento crítico. Já a disciplina *Práticas Educativas Integradoras na EPT* me fez enxergar a importância de romper com uma educação fragmentada. Entendi que formar para o trabalho também é formar para a vida, e que o papel do professor é ser mediador, conectando saberes técnicos às experiências reais dos alunos. Isso dialoga diretamente com os cursos que ministro, onde os estudantes trazem não apenas expectativas profissionais, mas também suas histórias, dificuldades e sonhos.

Outra experiência marcante foi com a disciplina “*Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas*”. Até então, eu não me reconhecia atuando na EJA, mas as discussões me mostraram que muitos dos meus alunos do Senac se enquadram nesse perfil – jovens e adultos trabalhadores que carregam consigo vivências diversas e, muitas vezes, trajetórias escolares interrompidas. Essa compreensão transformou minha prática: hoje, busco valorizar ainda mais os saberes prévios dos estudantes, contextualizando os conteúdos de forma que eles encontrem sentido no que aprendem.

As reflexões sobre “*Práticas Educativas para a Permanência e Êxito do Estudante na EPT*” reforçaram em mim a convicção de que o professor precisa olhar para o aluno em sua totalidade, compreendendo suas dificuldades, respeitando seu tempo e criando estratégias que favoreçam sua permanência no curso. Além disso, o estudo sobre *Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Ensino e Avaliação* me mostrou a importância de alinhar minhas práticas individuais ao coletivo institucional, garantindo coerência e qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Em todo esse percurso, pude perceber que a Pós-Graduação em Docência para a EPT não é apenas um curso de especialização, mas um espaço de amadurecimento profissional e pessoal. A cada disciplina, novas perspectivas foram se abrindo e dialogando com minha prática docente, fazendo-me compreender que ser professora é estar em constante processo de formação.

Hoje, vejo minha atuação no Senac de forma muito mais ampla: não apenas como instrutora que ensina técnicas administrativas, mas como educadora que pode transformar realidades por meio do conhecimento. Minha linha de aplicação dos saberes adquiridos está voltada para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, integradoras e contextualizadas, que respeitem os sujeitos em suas singularidades e contribuam para sua formação integral – profissional, social e humana.

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho constitui um tema muito discutido nos dias atuais, pois, envolve pontos relacionados aos direitos humanos e a justiça social, abordando essa temática, é destacado aspectos que sustentam as políticas de inclusão no Brasil, assim como evidencia o compromisso do Estado, visando garantir a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho e no acesso a ele.

Para adentrar nas Leis, é necessário entender todo contexto e qual o ponto de vista de cada uma delas. A Lei nº 8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas, estabelece no Artigo 93 que empresas com 100 ou mais empregados devem reservar de 2% a 5% de suas vagas para trabalhadores com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, isso varia de acordo com o número total de funcionários. Essa legislação representa um marco importante na promoção da inclusão profissional, ao assegurar o acesso das PCDs ao mercado de trabalho formal e combater práticas excludentes historicamente presentes nas relações laborais.

A Lei nº 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que reforça o direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação. É destacado que o Artigo 34, proíbe qualquer forma de discriminação na contratação, na permanência no trabalho e nos processos de promoção profissional. No Artigo 36 acaba determinando que o ambiente deve garantir que as condições sejam adequadas, assegurando o exercício pleno de suas atividades. Já a Lei nº 10.097/2000, vem

tratar da inclusão de pessoas com deficiência nos programas de aprendizagem profissional. Essa legislação prevê a contratação de aprendizes, incluindo PCDs, e estabelece a possibilidade de sua participação nos programas de aprendizagem sem limite máximo de idade, diferentemente da regra geral, que contempla jovens entre 14 e 24 anos.

Ao mencionar o âmbito pedagógico, a inclusão das pessoas com deficiência nos programas de aprendizagem profissional, enxerga a necessidade de adaptação dos processos de ensino-aprendizagem, garantindo a participação efetiva desses estudantes na formação profissional e sua posterior inserção no mercado de trabalho. Um estudo relevante é o mapeamento intitulado Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência, realizado por Silva et al. (2020), que identificou desafios e avanços no processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional. Essa pesquisa reforça a necessidade de políticas educacionais, que garantam a permanência e o sucesso desses estudantes nos cursos profissionalizantes, por meio de ações voltadas à acessibilidade, ao acompanhamento pedagógico e à adaptação curricular.

Na gestão organizacional, a inclusão das pessoas com deficiência está diretamente relacionada às políticas e práticas institucionais que promovem a diversidade e a equidade no ambiente de trabalho, alguns estudos indicam que a diversidade pode gerar impactos positivos nos resultados das equipes e das organizações. No ponto de vista social, a inclusão de pessoas com deficiência nos programas de aprendizagem profissional revela-se importante para a promover a igualdade de oportunidades e para a valorização da diversidade no mercado de trabalho.

São esses programas que possibilitam o desenvolver habilidades sociais e técnicas, e ampliam as chances de inserção profissional e contribuindo para a conquista de maior autonomia financeira. A inclusão também favorece a redução de preconceitos, colabora para uma sociedade mais justa e acolhedora.

Sobre o conceito de deficiência, que ao longo do tempo foi historicamente construído, sua compreensão sofreu várias transformações e acompanhou mudanças científicas, culturais, sociais e políticas. Por muito tempo, as pessoas com deficiência foram interpretadas a partir de visões marcadas pela exclusão, pelo preconceito, a religião, sempre associando-as á ideia de que aquilo era castigo de Deus, incapacidade ou anormalidade, na Idade Média, a deficiência não era reconhecida como uma condição humana legítima, e sim como um desvio da norma socialmente aceita.

Diante do fortalecimento dos movimentos sociais e das lutas por direitos, essa situação passou a ser questionada, nisso, compreende a deficiência como o resultado da interação entre suas condições funcionais e as barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais presentes na sociedade. Dessa forma, a deficiência passa a ser entendida como uma questão social, relacionada à exclusão e à falta de acessibilidade, e não apenas como uma limitação individual.

Para conseguir superar a discriminação e se incluir na sociedade como uma pessoa “normal” não foi nada fácil, mas para muitos já foi alcançado, um exemplo dessa superação, que fizeram muitos compreender que existem diversidades, mas não diferenças, tudo isso passou a ser alcançado dia-a-dia, fazendo nosso olhar convergir para o enriquecimento da construção de um meio igualitário. A deficiência passou fazer parte de suas vidas de forma positiva, superando e

compreender a real dificuldade que era estabelecer igualdade de oportunidades. Pois, estamos integrados a uma sociedade em que a palavra inclusão faz parte da vida das pessoas. Não podemos ignorar muito menos fugir desse mundo de diversidades, pois elas estão presentes em todas as partes. (Corrent, 2016).

Nos dias atuais, o conceito de deficiência está fundamentado em uma perspectiva inclusiva e de direitos, reconhece que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, capazes de aprender, que participam e contribuem dentro da sociedade, orientando a partir dessa compreensão às práticas educacionais, políticas públicas e documentos. Além disso, reforça a importância do respeito à diversidade humana e da eliminação de barreiras que impedem a igualdade de oportunidades.

Compreender que a deficiência está ligada na maneira em como as sociedades constroem seus conceitos de capacidade, normalidade e participação social. A deficiência é resultado de interpretações históricas e sociais que variam conforme o contexto cultural, político e econômico de cada época. Analisar a história do conceito de deficiência permite compreender as transformações e as mudanças nos valores sociais relacionados à diversidade humana. Interessante notar que, pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram frequentemente excluídas da vida social, por serem vistas como incapazes de contribuir para o desenvolvimento da coletividade. Em alguns casos, eram submetidas ao abandono ou à invisibilidade social, o que revela uma concepção utilitarista do ser humano.

Durante a Idade Média, a deficiência passou a ser interpretada sob uma ótica religiosa. A diferença era associada tanto à ideia de castigo divino quanto à de prova espiritual, o que levou ao fortalecimento de práticas assistencialistas baseadas na caridade. Foi nesse período que a deficiência não era compreendida como uma questão social ou de direitos, mas como um problema individual vinculado à moral e à fé.

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorre uma mudança significativa na interpretação da deficiência com o avanço das ciências médicas e do pensamento racional. Surgindo uma abordagem científica que passa a diagnosticar, classificar e tratar as diferenças humanas. A deficiência passa a ser definida como uma patologia, um déficit ou uma anormalidade a ser corrigida. Durante o século XIX e grande parte do século XX, pessoas com deficiência foram institucionalizadas em espaços segregados, como hospitais, clínicas especializadas e escolas especiais. A educação, nesse contexto, não era vista como um direito universal, mas como um privilégio condicionado à capacidade de se adaptar aos padrões estabelecidos.

A partir do século XX, as pessoas com deficiência começaram a se organizar politicamente e a reivindicar reconhecimento, visibilidade e participação social.

O que ressaltamos é que na história da humanidade a deficiência sempre se fez presente, mesmo que de formas, mas omissas, escondidas, ignoradas, reprimidas, julgadas, condenadas, aceitas, ou seja, de uma forma ou de outra a deficiência sempre fez parte da história do homem, estão presente em suas concepções e preocupações, seja para o sentido de aceitação ou negação. (Corrent, 2016).

A falta de acessibilidade, políticas públicas, práticas pedagógicas são fatores que produzem a exclusão. A deficiência passa a ser compreendida como um fenômeno social, que vem de uma

construção a partir da interação entre o sujeito e o meio em que ele vive. Tais pontos trazem impactos na proposta da educação inclusiva, por exemplo, a escola passa a ser um espaço que é importante adaptar às necessidades de todos os estudantes, com intuito de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A deficiência passa a ser entendida como um desafio pedagógico que exige práticas flexíveis, recursos adequados e formação docente contínua.

Outro avanço foi a adoção de uma perspectiva biopsicossocial, que integra aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Reconhece que a funcionalidade humana é influenciada tanto pelas condições individuais quanto pelo contexto social e ambiental. Assim, a deficiência não é uma condição fixa ou definitiva, mas uma experiência que pode ser potencializada ou minimizada conforme as oportunidades oferecidas. Nos direitos humanos, se consolida no reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, que são capazes de tomar decisões, de participarem ativamente da sociedade e construir sua própria trajetória de vida. Isso terá um rompimento do discurso de piedade, superproteção e incapacidade. A história do conceito de deficiência revela um movimento contínuo de transformação e valorização da diversidade e inclusão social.

É possível analisar que a deficiência pode se manifestar de diferentes maneiras e existem vários tipos, entre os principais estão - a deficiência física, relacionada a limitações de mobilidade e coordenação; a deficiência visual, que inclui cegueira e baixa visão; a deficiência auditiva, caracterizada pela perda parcial ou total da audição; e a deficiência intelectual, que envolve limitações no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas -.

Há deficiência psicossocial, associada a condições de saúde mental que interferem no comportamento e nas relações sociais. Existe também a deficiência múltipla, quando duas ou mais deficiências estão presentes simultaneamente, e os transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas deficiências podem ser congênicas ou adquiridas ao longo da vida, e sua compreensão deve considerar as barreiras atitudinais, ambientais e sociais, influenciando a participação de todos na sociedade.

A inclusão de pessoas com deficiência tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas, sendo vital para a construção de uma sociedade mais equitativa. Historicamente, pessoas com deficiência enfrentaram uma série de barreiras que limitam sua participação plena na sociedade, desde obstáculos físicos até preconceitos sociais enraizados. No entanto, com o avanço das políticas de inclusão e a crescente conscientização sobre os direitos dessas pessoas, observa-se um movimento significativo em direção à promoção da acessibilidade e igualdade de oportunidades. Ao longo dos tempos, a deficiência foi vista principalmente sob o modelo biomédico, que focava nas limitações físicas e cognitivas do indivíduo e buscava soluções médicas para corrigir essas limitações. Nos anos 1960 e 1970, emergiu o modelo social da deficiência, que desloca o foco para as barreiras sociais e ambientais que limitam a participação plena das pessoas com deficiência. Mais recentemente, o modelo biopsicossocial tenta integrar os aspectos médicos e sociais, reconhecendo a complexidade das experiências individuais de deficiência. (Gomes Filho et al. 2024).

A inclusão de pessoas com deficiência tem gerado discussões no ambiente acadêmico, nas políticas públicas, como um elemento fundamental que busca uma sociedade democrática e mais

justa. Ao longo dos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas da escola, do mercado de trabalho, da convivência em sociedade, limitando a sua participação. Associavam a deficiência ao modelo biomédico, o indivíduo e suas limitações, além de uma interpretação equivocada, para muitos era um problema que precisava ser corrigido ou tratado. Vista como uma pessoa incapacitada, dependente e fora dos padrões que eram considerados normais pela sociedade, isso somente reforçava que não tinham condições nenhuma de participarem ativamente na sociedade.

A partir das décadas de 1960 e 1970, surge o modelo social da deficiência, com objetivo de compreender de fato a condição, evidenciando que as limitações enfrentadas por essas pessoas eram barreiras impostas pelo próprio ambiente físico, pelas atitudes discriminatórias e pelas estruturas sociais excludentes. Diante das discussões e da necessidade, é consolidado o modelo biopsicossocial da deficiência, buscando incluir aspectos sociais, psicológicos e biológicos. Assim como, reconhece toda complexidade e considera condições.

Nessa discussão, é imprescindível que as políticas públicas assumam seu papel e promovam ações, que garantam acessibilidade, direito e igualdade de oportunidades, no campo educacional, a escola busque assegurar que crianças, jovens e adultos com deficiência tenham acesso à educação em ambientes regulares, com recursos e apoios necessários, no social e profissional, políticas inclusivas que contribuam na redução de desigualdade e fortaleça ainda mais a cidadania.

Conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência nos contextos educacional e profissional ainda enfrenta desafios significativos. As políticas públicas, como a Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão, são essenciais, mas sua eficácia depende de uma implementação adequada e do comprometimento das instituições envolvidas. Para que as políticas de inclusão sejam efetivas, é necessário um compromisso contínuo e intersetorial que envolva não apenas as instituições, mas também a sociedade em geral. Recomendações específicas incluem a capacitação contínua de educadores e profissionais, a implementação de tecnologias assistivas e a promoção de programas de sensibilização que abordem preconceitos e estereótipos. Apenas através de um esforço coletivo e coordenado será possível alcançar uma inclusão verdadeira e significativa. No âmbito educacional, a inclusão ainda é um desafio complexo. As escolas e universidades precisam investir em recursos adequados e na formação contínua dos educadores para que possam atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a adaptação dos ambientes físicos são passos necessários para promover uma educação de qualidade para todos. (Gomes Filho et al. 2024).

Gomes Filho et al. (2024), destaca a compreensão contemporânea da deficiência que exige a superação de visões excludentes e limitadas, afim de reconhecer a sua complexidade, envolvendo a sua individualidade e a coletividade. É preciso promover a inclusão, não apenas adaptando espaços físicos, mas sim, transformando concepções, práticas e atitudes, garantindo que cada um, participe plenamente da sociedade. Desse modo, a inclusão se consolida como um princípio político, social e ético, que busca construir uma sociedade democrática e inclusiva.

Vale ressaltar que as políticas públicas e a legislação desempenham um papel importante para promover a inclusão social e a garantia de direitos. As políticas públicas consistem em um conjunto de ações, programas e estratégias elaboradas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da população, além disso, reduzir desigualdades e assegurar o acesso a direitos

fundamentais, como trabalho, saúde, educação e participação social.

Já não podem ser considerados recentes o entusiasmo e a atenção da pesquisa acadêmica, brasileira e internacional, acerca da análise de impacto legislativo como ferramenta da ciência da legística necessária ao aprimoramento da produção legislativa. Notadamente no que atine à formulação de políticas públicas, todavia, verifica-se que o acolhimento institucional e sistemático ao instituto ainda encontra resistências dentro Poder Legislativo federal. (Medeiros, 2022).

As políticas públicas evoluíram ao longo do tempo, sendo acompanhadas pela mudança de concepções sobre deficiência, essas políticas passaram a adotar uma perspectiva inclusiva, reconhecendo as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e não mais como objetos de assistência. Com isso, o resultado foi a criação de leis e de programas que auxiliam e asseguram igualdade, oportunidades e participação.

Falar da legislação é entender suas necessidades e demanda, como também é um instrumento para efetivação das políticas públicas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece várias diretrizes que garantem o direito ao trabalho, à educação inclusiva, à saúde, à acessibilidade, é importante que essas normas legais fazem com que o poder público e própria iniciativa privada adotem medidas que irão eliminar as dificuldades, sejam elas: pedagógicas, físicas, comunicacionais, que promovam ambientes mais acessíveis e inclusivos.

As políticas públicas no âmbito educacional são orientadas pela legislação e asseguram o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em escolas regulares, com o suporte necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades. No trabalho, a legislação fundamenta ações como a reserva de vagas, a qualificação profissional e a adaptação dos ambientes laborais, fortalecendo a inclusão produtiva e a autonomia das pessoas com deficiência. As políticas públicas e a legislação trabalham de forma integrada para construção de uma sociedade igualitária. Transformando as leis em ações concretas, a legislação irá garantir a proteção e a base legal dos direitos. O Estado, a sociedade e as instituições precisam de comprometimento para efetivação desses instrumentos.

Há leis que estabelecem garantias legais para que as pessoas com deficiência participem das diferentes esferas da vida social, principalmente quando se fala do acesso ao trabalho até a formação profissional. Dentre elas: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991). e a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000). Na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída pela Lei nº 13.146/2015, os princípios são dos direitos humanos e da igualdade, a lei define que a pessoa com deficiência como aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assegura que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação. Garante o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, assegura o direito ao trabalho em ambiente acessível e inclusivo, com oferta de adaptações razoáveis e recursos

de tecnologia assistiva.

Na Lei de Cotas, nº 8.213/1991, estabelece que empresas com 100 ou mais empregados devem reservar parte de seus cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social. O objetivo dessa legislação é garantir o acesso das pessoas com deficiência ao emprego formal, combatendo a exclusão histórica desse grupo no mercado de trabalho. Além da adequação do ambiente laboral, a eliminação de barreiras e a promoção de condições dignas de trabalho, conforme os princípios da acessibilidade e da igualdade. Por fim, a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, introduz mecanismos que ampliam as oportunidades de formação profissional para jovens e pessoas com deficiência. A aprendizagem profissional possibilita o desenvolvimento de competências técnicas e sociais, favorecendo a autonomia e a inclusão produtiva das pessoas com deficiência.

Efetivar essas leis irá depender das ações integradas entre o Estado, empresas, instituições e a sociedade, a sua aplicação ainda passa por diversos desafios, falta de acessibilidade, preconceito, enfim.

Quando o assunto é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é possível analisar a sua estratégia para o desenvolvimento econômico, social e humano, que assume papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. A EPT irá compreender um conjunto de ações educativas que visam à formação profissional associada à formação humana, ética e cidadã. buscando integrar saberes teóricos e práticos e valorizando o conhecimento científico e tecnológico sem dissociá-lo da dimensão social do trabalho. Isso contribuirá na superação de uma visão utilitarista da educação, passando a enxergar o sujeito como ser histórico, cultural e social.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma estratégia central para a formação de uma força de trabalho qualificada e inserida em setores econômicos estratégicos no Brasil. Além de alinhar o desenvolvimento educacional às demandas do mercado de trabalho, essa modalidade busca promover inclusão social, democratizar oportunidades e mitigar desigualdades regionais e socioeconômicas. (Silva e Coutinho, 2024).

Diante das desigualdades sociais e educacionais, a EPT assume relevância ainda maior. A Educação Profissional e Tecnológica surge como um instrumento de democratização do conhecimento e de ampliação das oportunidades de inserção social e profissional. Quando possibilita a formação técnica articulada à educação básica ou à educação superior, acaba contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos e para a construção de trajetórias profissionais mais qualificadas.

A Educação Profissional e Tecnológica tem uma finalidade e está ligada à promoção da inclusão social, especialmente de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, jovens em situação de vulnerabilidade social, trabalhadores com baixa escolaridade e populações excluídas do sistema educacional tradicional. A EPT amplia o acesso à formação profissional e favorece a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho em condições mais

equitativas, ou seja, buscando igualdade e justiça. Tem grande importância na articulação entre educação e trabalho, e compreende o trabalho como princípio educativo e não apenas como meio de sobrevivência. A Educação Profissional e Tecnológica contribui para a formação de sujeitos críticos, que são capazes de entender quaisquer relações, sejam elas sociais de produção ou até mesmo de atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

A EPT desempenha um papel essencial na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, comunidades indígenas e quilombolas. Programas específicos são necessários para promover o acesso desses grupos, além de medidas para garantir permanência e conclusão dos cursos, como bolsas de estudo, tutoria e apoio psicossocial (Inep, 2024).

A EPT também se destaca por possibilitar o acesso à formação profissional em ambientes educacionais mais flexíveis e adaptados às necessidades dos estudantes. A oferta de cursos em diferentes modalidades e níveis permite atender públicos diversos, respeitando ritmos de aprendizagem, trajetórias escolares e especificidades individuais. A Educação Profissional e Tecnológica também contribui para a redução das desigualdades sociais ao promover a inserção qualificada no mercado de trabalho. A formação técnica e tecnológica amplia as possibilidades de empregabilidade, fortalece a autonomia econômica e favorece a participação social dos indivíduos. Nesse sentido, a EPT não se limita a preparar para o emprego imediato, mas busca desenvolver competências que possibilitem a adaptação às transformações do mundo do trabalho, marcado por constantes avanços tecnológicos e mudanças nas formas de produção.

Outro ponto interessante da EPT é sua função social na promoção do desenvolvimento local e regional. Se alinhando a oferta de cursos e às demandas produtivas e sociais de determinadas regiões, a Educação Profissional e Tecnológica acaba contribuindo para o fortalecimento da economia local e para a geração de oportunidades de trabalho e renda.

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para promover inclusão social, qualificação profissional e desenvolvimento econômico. Ao alinhar o ensino às demandas do mercado de trabalho, a EPT oferece oportunidades concretas para que jovens e adultos, especialmente aqueles de grupos vulneráveis, acessem empregos formais e melhores condições de vida. No entanto, apesar dos avanços significativos, como a expansão das unidades dos Institutos Federais e o papel do Sistema S, desafios estruturais ainda precisam ser superados para que seu potencial seja plenamente realizado. Entre os principais entraves estão a evasão escolar, a fragmentação de recursos e a necessidade de uma maior integração entre currículos e inovações tecnológicas. A preparação de profissionais para a economia digital e a Indústria 4.0 é essencial para acompanhar a transformação produtiva global. Assim, é urgente que o setor público e privado se articule de maneira mais eficaz para garantir investimentos sustentáveis e uma oferta educacional que acompanhe a velocidade das mudanças do mercado. (Silva; Coutinho e Gusmão, 2024).

A Educação Profissional e Tecnológica favorece a construção de uma cultura inclusiva, principalmente quando valoriza a diversidade e reconhecer as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. A inclusão envolve práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes, promovendo a participação ativa e assegurando condições de permanência e êxito escolar. A EPT contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às questões sociais e

comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa. Se configura como um instrumento de inclusão social, no seu compromisso com a formação dos sujeitos, na promoção de igualdade e de oportunidades, como também reforça um papel estratégico e constrói uma sociedade bem mais inclusiva e democrática, compreendendo o conceito e a finalidade da EPT na inclusão social é essencial para reconhecer sua importância como política pública e como espaço de transformação social.

É necessário construir uma sociedade mais democrática e justa, para isso acontecer, a educação profissional ocupa um lugar estratégico nessa construção, deve ser entendida como um processo formativo capaz de ampliar a autonomia, fortalecer a cidadania e possibilitar a participação ativa dos sujeitos na vida social.

A educação profissional esteve associada a uma formação técnica voltada, às classes populares, muitas vezes marcada por uma lógica instrumental e utilitarista, cujo objetivo principal era atender às demandas imediatas do mercado de trabalho. Essa concepção reduzia o processo educativo à preparação de mão de obra, desconsiderando a dimensão crítica, cultural e social da formação humana.

Mencionando a perspectiva emancipatória da educação profissional, ela baseia-se na ideia de que o trabalho é um princípio educativo e um elemento central na constituição do sujeito. Ao articular teoria e prática, conhecimento científico e saberes do mundo do trabalho, a educação profissional possibilita que o estudante compreenda a realidade em que está inserido, desenvolva pensamento crítico e construa conhecimentos que vão além da execução de tarefas técnicas. Dessa forma, a formação profissional deixa de ser apenas um meio de inserção produtiva e passa a contribuir para a construção da consciência social e da autonomia intelectual.

O discurso da centralidade na educação básica tomou força nos anos 90 do século passado, pois a educação tornou-se um meio fundamental para a consolidação dos ditames do capital, sendo necessária sua adequação às exigências da mundialização e da geração de lucro, a educação básica volta-se para suprir uma necessidade de preparação de força de trabalho barata, pois a baixa taxa de escolaridade nos países emergentes requer um preparo rápido com o objetivo de contribuir para o aumento da produtividade, através de menos burocratização e centralização, onde prevaleçam o estabelecimento de medidas de avaliação excludentes e classificatórias, com enfoque no cumprimento de metas por parte dos docentes e a implantação de uma gestão escolar pautada no gerencialismo neoliberal, focada na eficiência, eficácia, no controle dos recursos e na produtividade, tanto dos professores como dos alunos. Tem-se a imposição de teorias da administração ao campo da educação. (Azevedo, 2025).

Diante disso, a educação profissional é uma ferramenta que auxilia nas oportunidades, no acesso ao conhecimento, representando uma possibilidade firme de transformar suas condições de vida, proporcionando qualificação profissional, contribui na geração de renda, fortalecimento da autonomia e no mercado de trabalho.

A educação profissional e sua emancipação não tem uma limitação em relação ao aspecto econômico, ela envolve o fortalecimento da cidadania. É por meio da formação que será valorizado

os direitos humanos, a responsabilidade social, e própria ética. Contribui para sujeitos conscientes e que participam da vida social e política. Sobre a inclusão social, a educação profissional desempenha papel decisivo ao possibilitar o acesso à formação de qualidade para públicos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência, jovens em situação de risco social, trabalhadores com baixa escolaridade e populações marginalizadas. Garantindo acessibilidade, adaptações curriculares e práticas pedagógicas diferenciadas, a educação profissional contribui para a superação de barreiras e para a valorização da diversidade humana. Assim, a emancipação passa a ser compreendida como um processo coletivo, que busca o reconhecimento e a promoção de igualdade.

Outro está relacionado à capacidade de adaptação às transformações do mundo do trabalho. Em um contexto marcado por rápidas mudanças tecnológicas e produtivas, a educação profissional precisa preparar os sujeitos para lidar com a complexidade, a inovação e a aprendizagem contínua. Ao desenvolver competências técnicas, cognitivas e socioemocionais, a formação profissional amplia a capacidade dos indivíduos de se reinventarem, de enxergarem as decisões e irem atrás delas, atuando de maneira crítica diante das exigências do mercado e da sociedade.

Pensar e discutir educação numa perspectiva transformadora é um tema que vem sendo debatido pelos que acreditam que esta pode e deve contribuir para a construção da emancipação humana, em busca de uma mudança social direcionada aos interesses da classe trabalhadora. Não se pode pensar em emancipação sem compreender o conceito de cidadania, mais especificamente resultado das lutas da classe trabalhadora através dos movimentos sociais instituindo assim bases democráticas principalmente no âmbito da educação. O objetivo principal é a formação de sujeitos livres, autônomos e construtores de sua história. (Azevedo, 2025).

Portanto, compreender a educação profissional como ferramenta de emancipação implica reconhecê-la como um processo educativo que vai além da capacitação técnica. Trata-se de uma formação que integra trabalho, conhecimento e cidadania, promovendo a autonomia, a inclusão social e a participação ativa dos sujeitos na construção de uma sociedade mais justa. Ao assumir esse papel, a educação profissional reafirma sua importância como política pública essencial para a redução das desigualdades e para a promoção do desenvolvimento humano e social.

É fato que as instituições formadoras realizam um papel estratégico na consolidação da educação profissional como instrumento de inclusão social e emancipação humana, já que o contexto é marcado por desigualdades sociais, educacionais e econômicas. Assim instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) buscam assumir e promover acesso à qualificação profissional, à formação cidadã e à inserção no mundo do trabalho. Articulando diversos pontos - educação, trabalho e inclusão -, são essas instituições que buscam contribuir e auxiliam para a efetivação dos direitos assegurados pelas políticas públicas e pela legislação brasileira voltada às pessoas com deficiência e a outros grupos historicamente excluídos.

O Senac, tem a missão de promover educação profissional que se volte ao setor do comércio, turismo, serviços e bens, que atuam de uma forma significativa e com objetivo de ajudarem na formação de trabalhadores qualificados e socialmente comprometidos. Sua atuação se

fundamenta em princípios pedagógicos que valorizam a formação integral do sujeito, o desenvolvimento de competências sociais e a promoção da cidadania.

Com isso, o Senac acaba se inserindo no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um agente que ajudará na transformação social. O Senac assume um papel importante na implementação prática das legislações inclusivas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei de Cotas e a Lei da Aprendizagem, já mencionadas no texto. Leis essas que garantem o direito ao acesso à educação, ao trabalho e à formação profissional.

O Senac tem destaque, pois adota práticas pedagógicas inclusivas, ofertando cursos acessíveis e pela adequação de seus ambientes físicos e pedagógicos garante acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, bem como o uso de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis, contribuindo para a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência. O Senac também desempenha papel de extrema importância na inclusão profissional, especialmente por meio de programas de aprendizagem e qualificação profissional.

A educação profissional ofertada pelo Senac também se relaciona com a concepção de trabalho como princípio educativo, discutida no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Ao integrar conhecimentos técnicos, científicos e sociais, a formação profissional deixa de ser meramente instrumental e passa a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência social. Essa abordagem favorece a formação de profissionais capazes de compreender as relações de trabalho, os direitos trabalhistas e o papel social de sua atuação profissional, fortalecendo o caráter emancipatório da educação profissional.

Vale ressaltar que, outras instituições formadoras, como os Institutos Federais, escolas técnicas estaduais, organizações não governamentais e entidades do terceiro setor, também desempenham papel essencial dentro desse processo. São essas instituições que ampliam o acesso à educação profissional, especialmente em regiões e contextos onde o acesso à educação formal é bastante limitado. Oferecendo cursos técnicos, de qualificação e de formação inicial e continuada, contribuem para a democratização do conhecimento e para a redução das desigualdades sociais.

Quando se discute sobre as políticas públicas, é interessante notar o papel das instituições formadoras e suas estratégias para consolidar a inclusão social. Atuando em parceria com o poder público e o setor produtivo, essas instituições fortalecem a implementação de programas de qualificação profissional, aprendizagem e inclusão no trabalho. Essa articulação contribui para o cumprimento da Lei de Cotas e para a construção de ambientes de trabalho mais acessíveis e inclusivos, ampliando as possibilidades de inserção e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Além disso, essas organizações também contribuem para a mudança de paradigmas e atitudes sociais em relação à deficiência e à diversidade. Ao promoverem a convivência entre pessoas com e sem deficiência em ambientes educacionais e profissionais, ajudam a desconstruir preconceitos e estigmas. Dessa forma, a inclusão passa a ser vivenciada como prática cotidiana, fortalecendo valores como respeito, cooperação e equidade.

As instituições formadoras, quando se alinham sua oferta de curso diante das demandas sociais e produtivas das comunidades, ajudam na geração de emprego e renda e reforçam o papel da educação profissional como instrumento de desenvolvimento sustentável e inclusão social, beneficiando não apenas os indivíduos formados, mas a coletividade como um todo. O Senac e as instituições formadoras são compreendidas na articulação entre trabalho, educação e a inclusão, promovendo e garantindo qualificação, valorização e a construção de uma sociedade inclusiva.

A inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) na aprendizagem profissional representa um avanço significativo no campo da educação profissional e das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades. A aprendizagem profissional, enquanto modalidade educativa que articula formação teórica e prática, configura-se como um importante instrumento de inserção social, qualificação para o trabalho e emancipação humana. Para as pessoas com deficiência, esse processo assume papel ainda mais relevante, uma vez que contribui para a superação de barreiras históricas relacionadas ao acesso à educação, ao emprego e à participação plena na vida social.

Ao longo dos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas dos processos educacionais e produtivos, sendo frequentemente associadas a uma visão assistencialista ou incapacitante. No contexto do trabalho, essa exclusão se manifestou por meio da negação de oportunidades, da falta de acessibilidade e do preconceito, o que limitou o desenvolvimento de suas potencialidades. A aprendizagem profissional surge, nesse cenário, como uma alternativa concreta para a promoção da inclusão, ao possibilitar o acesso à formação profissional em condições de equidade e respeito à diversidade.

A formação profissional inclusiva na educação profissional, quando de qualidade, torna-se fundamental para a preparação para o mundo do trabalho, pois possui carga horária menor quando comparado ao ensino superior, podendo ser concomitante com o ensino médio, atendendo também a melhoria da subsistência do deficiente ou de sua família, já que, na teoria, o discente depois de formado está apto a exercer uma profissão. (Silva, Fernanda Souza da et al. (2020).

No Brasil, a inclusão de PCDs na aprendizagem profissional é respaldada por um conjunto de legislações que garantem o direito à educação e ao trabalho. A Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) estabelece a obrigatoriedade de contratação de aprendizes por parte das empresas e assegura às pessoas com deficiência o direito de participar dos programas de aprendizagem, sem limite máximo de idade.

A aprendizagem profissional inclusiva deve ser compreendida para além do cumprimento de exigências legais, sendo necessária uma abordagem pedagógica, cujo seu objetivo seja valorizar o potencial de cada um tem e respeitando as diferenças de todos. A inclusão de PCDs exige a superação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, que muitas vezes dificultam ou impedem a permanência e o sucesso desses sujeitos nos programas de aprendizagem. As instituições formadoras, como o Senac e outras entidades desempenham um papel fundamental

na promoção da inclusão de PCDs na aprendizagem profissional. A aprendizagem profissional inclusiva requer uma prática educativa que reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem. A adaptação curricular, o acompanhamento individualizado e o trabalho colaborativo entre docentes, equipes pedagógicas e profissionais de apoio são estratégias fundamentais para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento dos aprendizes com deficiência.

A inclusão de PCDs na aprendizagem profissional também possui impacto direto na inserção no mercado de trabalho. Ao possibilitar a vivência prática em empresas, a aprendizagem favorece o desenvolvimento de habilidades profissionais e sociais, além de promover a convivência entre pessoas com e sem deficiência no ambiente laboral. É preciso quebrar preconceitos e estigmas, além de fortalecer uma cultura comprometida com a diversidade.

Do ponto de vista da emancipação, a aprendizagem profissional representa um importante instrumento de autonomia e independência para as pessoas com deficiência. Ao adquirir qualificação profissional e experiência de trabalho, esses sujeitos ampliam suas possibilidades de inserção produtiva, geração de renda e participação social. A emancipação, nesse contexto, não se limita à dimensão econômica, mas envolve o fortalecimento da autoestima, da identidade profissional e do protagonismo social.

A aprendizagem profissional se articula com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, integrando formação, desenvolvimento e cidadania. Apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados para a efetivação da inclusão de PCDs na aprendizagem profissional. Entre eles, destacam-se a resistência de algumas empresas, não aceitam as pessoas com deficiência, não procuram se informar sobre a inclusão, não há recursos, e principalmente, há necessidade de formação continuada dos profissionais envolvidos. Superando esses desafios, as políticas públicas se fortalecem e investem na formação inclusiva, se comprometendo com o coletivo e com as oportunidades de igualdade.

Sendo assim, a inclusão de pessoas com deficiência na aprendizagem profissional constitui-se como um ponto fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Garantindo acesso à educação profissional, ao trabalho e à participação social, a aprendizagem profissional reafirma seu papel como instrumento de inclusão e emancipação.

### **3. CONCLUSÃO**

O estudo desenvolvido neste trabalho, buscou evidenciar a importância da inclusão de pessoas com deficiência na aprendizagem profissional, principalmente no âmbito do programa Jovem Aprendiz, constrói uma narrativa de estratégias fundamental para promover a equidade, justiça social e a democratização do acesso ao trabalho. Nesse sentido, a inclusão de PCDs não deve ser compreendida como uma concessão ou ação assistencialista, mas como um direito social e um

compromisso ético de toda a sociedade.

O referencial teórico apresentado mostrou diversas transformações e colocando como protagonistas o próprio cidadão, com direitos, acessibilidade e igualdade. A aprendizagem profissional revela na concretização da inclusão, possibilitando saberes técnicos, sociais e científicos, considerando as especificidades das pessoas com deficiência.

O Senac ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, ao investir em acessibilidade e promover a articulação com o setor produtivo, contribui na efetivação de políticas públicas. Em Arapiraca, a inclusão de PCDs tem grande potencial e impacta no desenvolvimento social e econômico da cidade.

A realização deste estudo trouxe várias contribuições, ampliando um olhar crítico, observador, diante das relações entre trabalho, sociedade, educação, compreendendo toda complexidade nos processos de exclusão e inclusão. Reforço que a educação profissional necessita de um espaço de formação cidadã, que se comprometa com os direitos humanos e a transformação da sociedade. Este tema despertou uma postura ainda mais ética e responsável, com um olhar voltado para o compromisso de práticas educacionais inclusivas.

Refletir sobre as competências docentes necessárias à educação inclusiva evidenciou a importância da formação continuada, do planejamento pedagógico flexível e do uso de estratégias adaptadas às necessidades dos estudantes. Influenciando diretamente nas perspectivas futuras e na necessidade de atuar enquanto profissional, valorizando diversidade nos espaços educativos e formativos. É importante frisar a ampliação de ações de sensibilização e capacitação voltadas aos diferentes atores envolvidos nesse processo, a inclusão exigirá mudanças estruturais, como também atitudes transformações e concepções.

Portanto, a inclusão de pessoas com deficiência na aprendizagem profissional representa um caminho fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Garantindo acesso à educação profissional, ao trabalho e à participação social.

#### **4. PLANO DE AÇÃO**

No entanto, para que seus benefícios sejam plenamente alcançados, torna-se fundamental refletir sobre propostas de melhoria que fortaleçam sua efetividade, considerando os benefícios diretos para as pessoas com deficiência, as competências docentes necessárias à educação inclusiva e a importância da capacitação continuada aliada a práticas pedagógicas adaptadas.

Os benefícios da aprendizagem profissional para as pessoas com deficiência são amplos e vão além da simples inserção no mercado de trabalho. Um dos principais aspectos refere-se ao desenvolvimento da autonomia. Ao participar de programas de aprendizagem, o indivíduo com deficiência passa a exercer um papel ativo em sua formação e trajetória profissional, tomando decisões, assumindo responsabilidades e desenvolvendo habilidades que contribuem para sua independência. A autonomia, nesse contexto, não se restringe à capacidade de executar tarefas, mas

envolve a construção da autoconfiança, da autoestima e do senso de pertencimento social.

Outro benefício significativo da aprendizagem profissional para as PCDs é a possibilidade de geração de renda. O acesso ao trabalho formal, ainda que na condição de aprendiz, permite a conquista de recursos financeiros próprios, fator essencial para a emancipação econômica e social. A renda proporciona maior independência em relação à família e ao Estado, além de ampliar as possibilidades de participação social e de melhoria da qualidade de vida. Assim, a aprendizagem profissional atua como um mecanismo concreto de combate à exclusão econômica e à marginalização social.

A socialização também se destaca como um benefício fundamental da aprendizagem profissional inclusiva. A convivência em ambientes educacionais e profissionais diversos possibilita o estabelecimento de relações interpessoais, a troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades sociais. Para muitas pessoas com deficiência, historicamente segregadas ou isoladas, a aprendizagem profissional representa uma oportunidade de interação social significativa, contribuindo para a construção da identidade social e profissional. Essa convivência favorece, ainda, a desconstrução de preconceitos e estigmas por parte de colegas, docentes e empregadores, fortalecendo uma cultura de respeito à diversidade.

Isso tudo exigirá investimentos contínuos em melhorias estruturais, pedagógicas e formativas. Um dos pontos centrais refere-se às competências docentes para a educação inclusiva. O professor assume papel estratégico no processo de inclusão, sendo responsável por mediar a aprendizagem, promover a participação ativa dos estudantes e garantir que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas. Para isso, é imprescindível que o docente possua competências que vão além do domínio técnico do conteúdo, incluindo conhecimentos sobre inclusão, acessibilidade e diversidade humana.

Entre as competências docentes essenciais para a educação inclusiva, destaca-se a capacidade de compreender a deficiência a partir de uma perspectiva social, reconhecendo que as barreiras estão no ambiente e não no indivíduo. Além disso, o docente deve ser capaz de planejar e desenvolver estratégias de ensino flexíveis, que considerem os diferentes ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais dos estudantes. A comunicação inclusiva também se configura como uma competência fundamental. Outro aspecto importante diz respeito à postura ética e atitudinal do docente frente à inclusão. A promoção de um ambiente acolhedor, respeitoso e livre de preconceitos depende também da atuação do professor, atitudes de respeito, diálogo e disposição para aprender, são elementos importantes para construir práticas pedagógicas.

A capacitação continuada dos profissionais da educação surge, portanto, como uma proposta de melhoria indispensável para o fortalecimento da aprendizagem profissional inclusiva. A formação inicial, a capacitação continuada, que contribui para o fortalecimento da prática docente e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado. As práticas pedagógicas adaptadas constituem outro elemento central para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na aprendizagem profissional. Entre as práticas pedagógicas adaptadas, destacam-se o uso de materiais didáticos

acessíveis, a flexibilização do tempo para realização das atividades, a diversificação das formas de avaliação e o acompanhamento pedagógico individualizado. Essas estratégias favorecem a participação ativa dos aprendizes com deficiência e contribuem para o desenvolvimento de suas competências profissionais e sociais. No contexto da aprendizagem profissional, tais práticas são essenciais para garantir que a formação teórica esteja alinhada à vivência prática no ambiente de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que a aprendizagem profissional inclusiva se consolida como um poderoso instrumento de emancipação, desde que acompanhada de propostas de melhoria que considerem os benefícios para as pessoas com deficiência, a valorização das competências docentes e o investimento em capacitação continuada e práticas pedagógicas adaptadas.

Conclui-se que fortalecer a inclusão de PCDs na aprendizagem profissional implica investir não apenas em políticas e legislações, mas também na formação de educadores, na adaptação das práticas pedagógicas e na promoção de ambientes educacionais e profissionais acessíveis.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Giselle Ferreira Amaral de Miranda. **Educação profissional e emancipação: desafios e possibilidades para o gestor escolar**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2025. cap. 4, p. 35-46. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativos à aprendizagem. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Acesso em: 03 nov. 2025.

CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 1, n. 89, ano 2016, 22 set. 2016. Acesso em: 05 nov. 2025.

GOMES FILHO, Teodoro Antunes; LEITE, Fabrícia Keilla Oliveira; RIBEIRO DE RIBEIRO, Valdelânia; LOPES, Maura Corcini. **Análise da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil: desafios e políticas públicas nos contextos educacional e profissional**. IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM), v. 26, n. 6, Ser. 5, p. 34-37, jun. 2024. Acesso em: 05 dez. 2025.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Panorama da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Inep, 2024. Acesso em: 20 dez 2025.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006. Acesso em: 14 nov. 2025.

MOURÃO, L.; FERREIRA, T. S.; MELLO, A. L. de. **Indicadores de diversidade e inclusão nas organizações: reflexões sobre gestão da diversidade da pessoa com deficiência**. Revista de Ciências da Administração, v. 23, n. 59, p. 1-19, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/79968>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MÜLLER EDUARDO DANTAS DE MEDEIROS. **Congresso Nacional, políticas públicas e análise de impacto legislativo: por decisões legislativas mais legítimas**. Artigo científico apresentado ao Instituto Legislativo Brasileiro – ILB como requisito para obtenção de certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar. Brasília, 2022. Acesso em: 10 dez. 2025.

RODRIGUES, A.; PASSERINO, L. **A formação profissional de pessoas com deficiência e suas repercussões na formação dos professores**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 3, p. 407-426, jul./set. 2018. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHARDONG, Tania Maria; DIEHL, Liciane. **Inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ambiente de trabalho: influências da aprendizagem profissional**. Revista Destaques Acadêmicos, v. 10, n. 1, p. 110-125, 2018. Disponível em:

<<https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1703>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, Fernanda Souza da; PAULA, Laíse do Nascimento; COSTA, Talita Soares Lago Duarte; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves; PEREIRA, Alvaro Itaúna Schalcher. **Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência: um mapeamento sistemático.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 18, p. e8199, 2020. Disponível em:<<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8199>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, José Augusto Souza Gomes da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. **O papel da educação profissional e tecnológica na formação para o mercado de trabalho no Brasil.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), São Paulo, v. 10, n. 11, p. 999-1006, nov. 2024. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Fernanda Souza da; PAULA, Laíse do Nascimento; COSTA, Talita Soares Lago Duarte; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves; PEREIRA, Alvaro Itaúna Schalcher. **Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência: um mapeamento sistemático.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 18, p. e8199, 2020. Acesso em: 10 out. 2025.

SULTI, Isabella Salezze; FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. **Aprendizagem como meio de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** Revista da Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, v. 2024, n. 53490, p. 1-30, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rfd.2024.53490>>. Acesso em: 22 mar. 2025.